

Priorização das Propostas

- 1 - Criar um fórum permanente de transparência e controle social para os conselhos.
- 2 - Exigir do Poder Público uma agenda anual de Audiências Públicas sobre transparência e controle social.
- 3 - Criar espaço físico com infraestrutura para sediar os conselhos municipais. Criação da casa dos conselhos.
- 4 - Criação do conselho de ética pública e de transparência, sem a participação de membros do conselho.
- 5 - Criação de ouvidoria na cidade.
- 6 - Criar banco de dados objetivando o acesso à informação em geral inerente ao poder público.
- 7 - Exigir que todo conselheiro preste conta de todas suas verbas de representação e das deliberações políticas do conselho.
- 8 - Garantir o ressarcimento dos recursos desviados do erário público e cumprimento da lei da ficha limpa.
- 9 - Criar a controladoria municipal composta obrigatoriamente por servidores estáveis e sendo o controlador detentor de mandato referendado pelo conselho de ética pública. Criar a controladoria de contas do Município como órgão independente.
- 10 - Linguagem acessível à população nas prestações de contas e orçamento. Transparência e acesso às contas públicas.
- 11 - Fazer cumprir o plano de carreira de todos os servidores em todas as esferas criando plano onde não exista, sem desrespeitar a LRF.
- 12 - Transparência nas concorrências públicas e licitações.
- 13 - Criar canal digital oficial permanente de informação das ações, propostas e realizações dos conselhos municipais e em outras formas de divulgação, tornando as informações universalizadas em formato de simples entendimento. (Ex: PDF)
- 14 - Inserir através da Secretaria de Educação, em seu conteúdo programático, informações sobre desenvolvimento e Controle Social, ética e cívica, no ensino em todas as fases.
- 15 - Promover capacitação anual visando à qualificação ou a requalificação dos conselheiros, tornando obrigatória a participação dos conselheiros nas capacitações.

16 - Revisão das Leis dos Conselhos, dando autonomia e promovendo eleição direta dos seus presidentes.

17 - Regulação, fiscalização e democratização dos meios de comunicação.

18 - Participação objetiva e efetiva do governo.

19 - Inserir no plano político pedagógico da rede de ensino palestras que estimulem e expliquem os mecanismos de controle e seu papel na gestão pública.

20 - Pessoas que ocupam cargo de confiança na administração pública não poderão ocupar vagas da sociedade civil nos conselhos.

Democratização dos meios de comunicação.

Audiência pública anual do poder legislativo antes da aprovação do orçamento Municipal

Obrigatoriedade da participação do legislativo e do governo nas conferências.

Promover maior rigor e aplicação das leis anticorrupção e de responsabilidade Fiscal.

Instituir Código de Conduta, aplicável ao prefeito, vice-prefeito, vereadores, secretários, presidentes de autarquias, fundações e órgãos congêneres.

Transparência, que as atas dos conselhos sejam divulgadas via internet.

A sociedade civil mobilizar a juventude para uma participação mais efetiva.

Fórum permanente com todos os conselheiros.

Todas as divulgações de inscrições para conferências e eleições de conselhos devem ser feitas com antecedência de pelo menos sessenta dias.

Reformular conselho mudando totalmente sua configuração: o governo só comparecerá a convite para prestar as informações necessárias sem direito a voto. Se a participação for obrigatória por força de lei, será proibida a indicação de ocupantes de cargo comissionado e RPA.

Reduzir a participação governamental nos conselhos, colocando apenas atribuições consultivas, sem direito a voto.

Participação dos conselheiros do poder público (pessoas com o poder de decisão nas secretarias).

Eleição direta de reitores e diretores escolares pela comunidade escolar em todos os níveis.

Criar dotação orçamentária para os conselhos.

Definição de políticas públicas governamental.

Facilidades para a sociedade civil organizar audiências públicas.

Definir política de audiências com objetivo de atender aos conselheiros nas suas necessidades de informações.

Cargos comissionados com capacitação para relacionar com a coisa pública.

Fortalecimento dos conselhos municipais na descentralização do poder.

Diagnóstico próprio da cidade.

Cumprimento das leis orçamentárias pelo município.

Limitação nos termos aditivos.

Placas em obras públicas contendo início, meio, fim, custo e número do contrato.

Regulamentar mecanismos para que a população possa convocar audiências públicas.

Realizar campanhas sistemáticas no combate à corrupção.

Melhoria salarial dos servidores públicos.

Desenvolver anualmente a divulgação da gestão pública através de campanhas, no mínimo por uma semana.

Fiscalização dos conselhos nas ONGs cadastradas no município.

Imediata aplicação da lei da ficha limpa.

Concursos públicos obrigatórios.

Criar uma ouvidoria nacional para que a população possa fiscalizar a atuação dos conselheiros em relação com o poder público.

Fim da política de terceirização e criação de um sistema de fiscalização.

Instituir o financiamento público de campanha com fiscalização por um órgão competente.

Ampliar a participação popular com assembleias regionais.

Descentralização do poder, com o fortalecimento dos conselhos

Empoderamento da sociedade civil no tocante às ações deliberadas nos conselhos.

Fortalecimento do fórum justiça.

Reforma política concreta.

Fazer cumprir a lei de dotação orçamentária para todos.

Educação continuada.

Atualizar e socializar permanentemente o site da transparência municipal, com linguagem acessível.

Prestação de contas do tribunal com a participação da sociedade.

Licitações por pregão na administração direta e indireta para serviços e material permanente.

A presidência dos conselhos comunitários escolares não pode ser exercida pela diretora.

Instituir o voto em vista fechada.